

## **Gás não convencional e competitividade** (pág. 2)

*Apenas dispor do insumo não é suficiente; é preciso que o país possa usá-lo para dar maior competitividade à sua economia.*

## **Tarifas de distribuição** (pág. 3)

*Medidas apresentadas pela Aneel favorecem aumento da eficiência, além de corrigir distorções.*

## **Gás natural: mercado livre só com transparência** (pág. 4)

*É necessário que a ANP aumente ainda mais o foco no segmento, garantindo a transparência das informações necessárias à viabilização do mercado livre.*

## 2012: O ANO DA EFICIÊNCIA

*Passada a fase do diagnóstico, é hora de reverter as perdas de eficiência registradas nos últimos anos no setor de energia e diminuir seu custo*

Há no país um consenso de que o custo da energia para o consumidor final é elevado. Não poderia ser diferente, uma vez que as tarifas brasileiras estão entre as mais altas do mundo. Diante desse quadro, muito tem se falado na necessidade de revisão das alíquotas de ICMS, devido a seu peso nas contas de luz.

O principal problema dessa visão é que ela desloca a questão para fora do setor elétrico, quando há muito a ser feito no próprio setor para reverter as perdas de eficiência registradas nos últimos anos, não apenas o encaminhamento adequado da questão das concessões do setor elétrico, como também a alocação correta de custos e riscos do setor, análise de encargos e análise das políticas atribuídas aos consumidores de energia.

Para implantar esses aperfeiçoamentos, é preciso que o governo estimule e utilize o conhecimento e a inteligência dispersos no mercado, que podem ser resumidos em expressão atribuída à presidente Dilma

Rousseff, na época em que liderava o setor de energia: é necessário o fortalecimento do “metabolismo da eficiência”. Trata-se de uma eficiência estimulada pelos próprios agentes e que depende fundamentalmente da apresentação, pelo governo e órgãos reguladores, dos sinais econômicos corretos.

A ABRACE está preparada para colaborar nesse debate. No planejamento de 2012, foram elencados os principais pontos que merecem ser discutidos e encaminhados e que estão detalhados no quadro abaixo. Com seu encaminhamento, certamente será possível conseguir um setor de energia mais eficiente e em condições de contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento da nossa indústria e do nosso país.

### **Feliz ano-novo!**

### **1. Mais eficiência no setor elétrico**

É possível reduzir o custo da energia com aperfeiçoamentos no planejamento da matriz, no funcionamento do mercado e na operação do sistema. Para tanto, é preciso:

- evitar criação de novo encargo de potência;
- reduzir custos dos mecanismos de segurança do sistema e ociosidade remunerada de geradores;
- promover a construção de usinas hidrelétricas com reservatórios;
- garantir condições isonômicas nos leilões de energia para consumidores livres e cativos e maior liquidez no mercado, possibilitando a venda de excedentes.

### **2. Regulação melhorada**

A diminuição do custo da energia passa pelo aprimoramento na regulação do setor elétrico, incluindo:

- redução do custo da energia com o novo ciclo de revisões tarifárias, nova estrutura tarifária e cota regulatória de depreciação;

- aumento da transparência e eficiência na condução de políticas sociais cujos custos são transferidos aos consumidores;
- regulamentação específica dos complexos industriais.

### **3. Energia competitiva**

Em parceria com outras associações industriais, a ABRACE vai conduzir o ciclo 2012 do Projeto Energia Competitiva (PEC) e o Projeto Estratégico do Gás Natural (PEG). As principais ações são:

- reforçar e ampliar o diagnóstico, por parte da sociedade brasileira, sobre o custo excessivo da eletricidade e do gás natural e seus impactos para o desenvolvimento do país;
- estimular o desenvolvimento de medidas práticas para favorecer a modicidade de preços e tarifas e o acesso isonômico da energia;
- na área de gás, o objetivo é assegurar a oferta firme e de longo prazo do combustível a custos reduzidos; para tanto, deve ser estruturada uma proposta de política de desenvolvimento para o combustível.



*Conselho Diretor na AGE 2011*

# GÁS NÃO CONVENCIONAL: A PERGUNTA CORRETA

O avanço na utilização, por parte dos Estados Unidos, de gás natural obtido de fontes não convencionais, principalmente o *shale gas*, extraído das rochas de xisto, tem chamado a atenção do mercado global do insumo. Essa expansão tem impactado não apenas os preços internacionais do gás, como também as perspectivas gerais para o avanço do uso do combustível, inclusive no Brasil. Por aqui, estimativas indicam que o potencial de recursos recuperáveis de gás não convencional pode ser até 17 vezes maior do que nossas reservas provadas.

Além da combinação de técnicas das atividades de mineração com práticas da indústria, que viabilizam a transformação do gás não convencional em recurso disponível, nos Estados Unidos, o setor também é beneficiado pela tradição de pequenos e médios empreendedores atuarem na área de exploração e produção de hidrocarbonetos. Naquele país, o fato de o proprietário da terra ser também o dono dos recursos nela existentes tem fomentado a indústria de hidrocarbonetos desde o final do século XIX. E o mercado se destaca, ainda, por dispor de uma malha de gasodutos plenamente desenvolvida, uma cadeia econômica de bens e serviços com grande capacidade de resposta, preços de mercado plenamente aderentes ao sinal de oferta e demanda e, sobretudo, por volumes tecnicamente recuperáveis na ordem de 862 trilhões de pés cúbicos (Tcf, na sigla em inglês).

O Brasil também dispõe de grandes quantidades de gás não convencional, com possibilidades de expansão da produção do insumo proporcionalmente quase tão grandiosas quanto às verificadas no mercado norte-americano. Embora os volumes sejam consideravelmente inferiores, nosso potencial de recursos recuperáveis é da ordem de 226 Tcf, aproximadamente 17 vezes as reservas provadas de gás convencional. Ou seja, além da forte expansão da produção que deve ser garantida, nos próximos anos, pelos recursos existentes nas bacias de Santos, Espírito Santo e na região do pré-sal, o país poderá aproveitar o potencial de gás não convencional preliminarmente encontrado nas bacias terrestres do São Francisco e da Parnaíba.

O problema é que a similaridade com o mercado norte-americano termina por aí. Infelizmente temos poucos estímulos à atuação de pequenos e médios empreendedores no setor e nossa rede de

transporte e de distribuição de gás natural é ínfima e muito concentrada na costa. Mais: o mercado consumidor está muito aquém de seu potencial, inclusive porque as condições de preços são pouco favoráveis – hoje, o gás produzido domesticamente é ofertado à indústria brasileira a custos até três vezes maiores que os verificados no mercado norte-americano, por exemplo.

Claro que esse quadro não é simples, devendo-se a uma série de fatores históricos e conjunturais que fizeram com que nosso país optasse, no passado, por outras fontes de energia. Mas a manutenção dessa situação – com a baixa consideração da fonte e, em especial, sem seu devido aproveitamento em favor da competitividade da nossa indústria – mostra que estamos perdendo importante oportunidade de também fazer nossa revolução particular do gás natural. Seja ele extraído de modo convencional ou não, o importante é que o mercado esteja preparado para recebê-lo e usá-lo em favor do desenvolvimento econômico.

Assim sendo, deveríamos aproveitar as lições apresentadas pelos EUA e desenvolver igualmente o nosso potencial de gás não convencional, aproveitando-o – assim como nossas demais reservas – em favor do aumento da competitividade da indústria nacional. No caso do gás não convencional, especificamente, sua exploração por meio de novas tecnologias na área seria inclusive uma maneira de viabilizar maior interiorização do gás, pela produção em áreas próximas a locais de consumo em que o gás boliviano não chega e onde o gás produzido na costa não é economicamente viável.

Definitivamente, a pergunta correta não é se o Brasil tem gás não convencional, mas, sim, que medidas têm de ser implantadas para que o país possa dispor desse insumo para dar maior competitividade à sua indústria e à sua economia.

*\* É economista e coordenador de Energia Térmica da ABRACE (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres).*



Ricardo Pinto\*

# TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO: REGULAÇÃO EM FAVOR DO AUMENTO DA EFICIÊNCIA E DA CORREÇÃO DE DISTORÇÕES

*Expectativa é que as ações positivas da Aneel sejam seguidas por medidas do governo favoráveis aos consumidores na questão das concessões.*

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, em novembro último, as metodologias do terceiro ciclo de revisões tarifárias das distribuidoras de energia elétrica, assim como a metodologia para estabelecimento da nova estrutura tarifária. Os resultados indicam aumento de eficiência e corrigem distorções importantes nas tarifas dos consumidores conectados em alta tensão. A ABRACE teve importante participação nos dois processos.

## Nível tarifário

Entre as metodologias, destaca-se a questão dos custos operacionais. Apesar da elevada pressão das distribuidoras para a manutenção da “empresa de referência”, a nova metodologia reduz a assimetria de informações entre as distribuidoras e a Aneel. Outro ponto significativo foi a defesa, por parte do diretor Edvaldo Santana, de uma estrutura de capital em que as empresas seriam mais alavancadas, com mais capital de terceiros do que próprio. Essa estrutura resultaria num custo médio ponderado de capital (WACC, na sigla em inglês) inferior a 7%, diante da taxa de 7,5% que foi aprovada.

O Fator X também passou por alterações importantes: será considerada a produtividade total das distribuidoras e seus investimentos prudentes ao longo do ciclo tarifário anterior. Isso

deve reduzir a assimetria de informação e eliminar a possibilidade da consideração na tarifa de investimentos não realizados.

Ainda precisa ser aprovada a metodologia que estabelece a vida útil dos ativos, o que permitirá a definição de sua taxa de depreciação, que compõe a quota de reintegração na formação da Parcela B.

## Estrutura tarifária

A ABRACE também contribuiu no processo de elaboração, por parte da Aneel, da nova estrutura tarifária das distribuidoras de energia elétrica. O resultado corrigiu distorções importantes nas tarifas dos consumidores conectados em alta tensão, sobretudo no que diz respeito aos subsídios cruzados. Além disso, a metodologia abre oportunidades de reação da demanda – em particular da baixa tensão – no curto prazo, otimizando o sistema elétrico e reduzindo custos para todos os agentes.

Entretanto, o critério de rateio da Reserva Global de Reversão (RGR), que passa a ser cobrada na forma de energia e não mais pela demanda, deve ser questionado pela ABRACE, uma vez que o encargo está direta e legalmente associado aos ativos de distribuição e deve ser cobrado na proporção em que cada consumidor utiliza esses ativos.

## Principais alterações na estrutura tarifária das distribuidoras

- 1. Tarifa branca:** cria-se uma nova modalidade para a baixa tensão, com três patamares de custos: ponta, intermediário e fora ponta. A modalidade será opcional e depende da instalação de medidores eletrônicos. A tendência é reduzir o consumo nos horários de pico.
- 2. Bandeiras tarifárias:** as bandeiras tarifárias substituem o sinal sazonal das tarifas, com o qual o consumidor cativo responde aos sinais tarifários relacionados às condições do sistema apenas no processo tarifário seguinte. As bandeiras tarifárias visam repassar ao usuário um incentivo que reflita as condições de compra de energia naquele momento. O objetivo é permitir respostas mais rápidas às condições do mercado, favorecendo o aumento de eficiência do setor.
- 3. TUSD verde:** hoje, a tarifa fio dos consumidores livres é construída com base na tarifa horosazonal azul. Por isso, o consumidor na condição “verde e cativo” que migra para o ambiente livre tem uma diferença tarifária, o que não é correto. A criação da TUSD verde elimina essa distorção.
- 4. Perdas:** as perdas não técnicas proporcionais passam a ser proporcionais à receita do nível tarifário, conforme proposto pela ABRACE.

# GÁS NATURAL: COMPETITIVIDADE DEPENDE DE TRANSPARÊNCIA

*Setor registra avanços regulatórios consistentes, mas é preciso que a ANP avance ainda mais para viabilizar o desenvolvimento efetivo do mercado livre.*

O gás natural é uma das melhores opções energéticas para processos industriais térmicos, podendo ser usado com altos níveis de eficiência e impactos ambientais reduzidos. O problema é que o Brasil não tem valorizado o insumo como alternativa energética de amplo uso, dedicando-o prioritariamente para a geração de eletricidade. Essa submissão do combustível aos interesses do setor elétrico levou à conformação de uma estrutura de mercado incompatível com o desenvolvimento mais acentuado da evolução da indústria dele usuária e, portanto, do crescimento da demanda de modo consistente. A reversão desse quadro passa pela mudança de foco do mercado, com a priorização dos consumidores finais de gás.

É nesse contexto que precisam ser considerados os avanços regulatórios e legais do setor. São muito positivas as perspectivas relacionadas ao mercado livre de gás, à concorrência entre supridores e ao abrandamento do monopólio da Petrobras na produção e comercialização do insumo. Entretanto, para que qualquer produtor ou comercializador possa entregar gás a um consumidor final, ou a uma distribuidora, deve obrigatoriamente ter acesso à estrutura de transporte por todo o percurso entre o campo de produção (ou terminal de regaseificação de gás natural liquefeito) e o city-gate de recepção do gás.

Uma alternativa nesse sentido é o transporte do gás por meio de trocas operacionais (swaps). No entanto, a modalidade depende de regulamentação e da transparência em relação às condições dos gasodutos envolvidos no processo. O livre acesso aos gasodutos de transporte, estabelecido na Lei do Gás e em sua regulamentação, também deve favorecer esse desenvolvimento. Há diversas modalidades para contratação. O único risco é que o período de exclusividade – que pode chegar a 10 anos – retarde o início das contratações.

Mas, mais grave do que isso, há dúvidas também em relação ao funcionamento preciso das regras, porque sua aplicabilidade depende da total transparência de informações sobre a movimentação em todo o sistema de transporte. Como diz a própria lei, devem estar disponíveis as informações atualizadas sobre a movimentação diária e a capacidade de todos os gasodutos de transporte, bem como a capacidade contratada de transporte, as capacidades disponíveis e ociosas e os períodos de exclusividade.

Sendo assim, o cenário, hoje, traz um obstáculo quase intransponível para o início de um mercado livre de fato competitivo: a falta de informações sobre a situação atual de movimentação nos gasodutos. Nenhum agente tem informações consolidadas e de confiança sobre as capacidades disponíveis ou ociosas.

Felizmente, alguns avanços vêm acontecendo, como a publicação da Resolução nº 52 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que exige que os contratos de comercialização identifiquem os custos de transporte incorridos. A perspectiva é de que, com essa determinação, melhorem as condições de transparência no processo. Outro ponto positivo é que a agência conta com a equipe da superintendência de comercialização e movimentação de gás natural (SCM) altamente qualificada.

Agora, é necessário que a agência internamente aumente cada vez mais o foco para o energético e dê suporte para a SCM, de modo que ela possa continuar trabalhando no desenvolvimento de ações ainda mais consistentes, a fim de permitir que a transparência das informações ocorra efetivamente e que novos agentes tenham condições de ingressar no mercado de produção e transporte do insumo, favorecendo a competitividade na cadeia e a redução dos custos finais para os consumidores.

## Expediente

*Esta é uma publicação da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres*

### Coordenador

Luciano Pacheco  
diretor técnico-regulatório da ABRACE

### Execução



### Jornalista responsável

Odete Pacheco (MTB 15.268)

### Reportagem

Clara Barufi

### Diagramação

Karine Pacheco

### Revisão

Christina Binato

### Fone:

(61) 3878 3500

### e-mail

abrace@abrace.org.br  
clara@sp4com.com.br